



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

TJCE

NOTÍCIAS

Edição Especial On Line

Boletim Interno - Ano II - Nº 15 - Fortaleza, janeiro de 2009.

Gestão 2007/2009

Mais de 10 milhões em obras

O Tribunal de Justiça do Ceará investiu, no biênio 2007/2009, mais de 10 milhões de reais em obras de reformas, ampliações e beneficiamentos diversos em edificações da Justiça em todo o Estado. Os ícones dessa empreitada, o Fórum da Comarca de Camocim e o Juizado da Mulher em Fortaleza, foram totalmente reconstruídos e entregues à população em condições adequadas às necessidades dos usuários. Já o Fórum de Caucaia recebeu o apoio total da nova administração daquele Município, e deverá ser inaugurado ainda neste semestre.



pp. (4, 5 e 6)

Leia mais:

- Fernando Ximenes apresenta Síntese de sua gestão (2)
- Ensino à distância fortalece política de capacitação (11)
- Conciliação alcança índices de destaque nacional (12)
- Nova gestão promete continuar fortalecendo o Judiciário (03)
- Memorial dos desembargadores resgata história do Judiciário (7 e 8)
- Investimento em tecnologia otimiza informatização em todos os Fóruns (10)
- Secretaria Judiciária é modelo na distribuição de processos (9)

Fernando Ximenes apresenta Síntese de sua gestão

Ao se despedir da Presidência do TJCE, durante a sessão do Tribunal Pleno, o Desembargador Fernando Ximenes entregou a seus pares, o relatório, no qual detalha os resultados dos projetos desenvolvidos durante a sua gestão. O documento, elaborado pelas secretarias e assessorias, sob a orientação da Assessoria de Planejamento, também está sendo apresentado à mídia e demais formadores de opinião.

Em breve discurso, destacou os principais avanços da estratégia bem sucedida, que começou com a reestruturação administrativa, implementada sem aumento de despesa, e que resultou em grandes alterações na estrutura do Tribunal de Justiça, extinguindo, adequando competências e criando novos órgãos, atribuições e cargos.

A partir de então, o Tribunal desenvolveu, pela primeira vez, seu Plano Estratégico, cobrindo o biênio 2007/2009 e com ações que devem ter continuidade na próxima gestão. De forma igualmente pioneira, o Plano vale-se dos indicadores de desempenho adotados pelo Conselho Nacional de Justiça para identificar os parâmetros sob os quais serão mensuradas, periodicamente, as atividades do Judiciário cearense. No primeiro ano de execução, 58% dos projetos planejados foram concluídos. O Plano Estratégico deverá ser avaliado e revisado pela nova equipe dirigente, já que sua completa implantação está prevista para julho de 2009.

Principais avanços

1 - Lei nº 14.247/2008, que aumentou o repasse de recursos oriundos das custas judiciais e destinados ao fundo de desenvolvimento da Defensoria Pública, que também teve seu espaço físico ampliado.

2 - O número de processos julgados na justiça de 2 grau dobrou, passando de 23.929 no biênio 2005-2006 para 47.846 no intervalo 2007-2008, representando um crescimento de 100%. Nas Turmas Recursais o número de feitos julgados cresceu 81,5%, passando de 1.560 em 2007 para 2.831 em 2008.

3 - Criação do Comitê de Gestão e Programação Financeira, órgão de assessoramento da Presidência, incumbido de pronunciar-se sobre a aquisição de bens e serviços de valor superior a R\$ 50 mil e sobre a celebração de contratos e convênios, zelando pela

melhor alocação dos recursos e pelas boas práticas administrativas, fundadas na transparência, participação, integração, economicidade e descentralização.

4 - Investimento de R\$ 325 mil na capacitação de pessoal, com incremento de 565% em relação ao período anterior e lançamento, do programa de Educação à Distância, em convênio com a UFC, com investimento inicial de R\$ 85 mil.

4.1- Implementação da vantagem financeira advinda da Lei estadual nº. 13.838/2006, representada pelo adicional de qualificação, aumentando o nível de aprimoramento dos servidores. Atualmente, 998 servidores, representando 36% do efetivo total, possuem pós-graduação, e esse contingente tem-se mantido em crescimento contínuo.

4.2- Auxílio alimentação, que contemplava apenas 130 servidores, foi estendido para um conjunto de 1.730. Além da maior abrangência, o benefício também dobrou de valor, elevando a despesa mensal para cerca de R\$ 400.000,00, o que representa aproximadamente 30 vezes o gasto anterior.

5- Ampliação do quadro de servidores, com a realização do concurso público para o preenchimento de 200 vagas, das quais 145 correspondem ao nível superior e 55, ao nível médio.

6- O quadro de estagiários, integrado predominantemente por estudantes de

Direito, foi ampliado em 40%, constituindo substancial reforço para as atividades de rotina das unidades judiciárias. O valor da bolsa de estágio foi reajustado de R\$ 237,00 para R\$ 430,00, para uma jornada que totaliza vinte horas semanais.

7- Com o intuito de motivar e congregar os servidores, foi criada a Comissão de Ação Cultural, a qual, programando e executando atividades bastante diversificadas, busca promover a integração entre magistrados, servidores e a sociedade em geral, por meio da valorização das expressões artístico-culturais.

8- Fortalecimento do Judiciário no interior do Estado com a execução de 121 reformas nas instalações físicas de diversas comarcas, com investimento de R\$ 10,5 milhões.

8.2- Reforma e adaptação do novo lay-out do Palácio da Justiça, conjugado à completa substituição do mobiliário, com investimentos da ordem de R\$ 3 milhões.

8.3 - Está também em andamento o projeto Acessibilidade, o qual visa adaptar as instalações físicas da Justiça a pessoas com necessidades especiais.

9 - Para garantir a execução dos



investimentos demandados, foi implantada uma gestão financeira eficiente, que buscou a recomposição da capacidade de investimento do Fermoju, adotando várias medidas, dentre as quais: renegociação de todos os contratos e convênios, resultando em aumento de receitas.

10- O orçamento do Poder Judiciário para o ano fiscal de 2009 prevê a destinação de recursos do Tesouro do Estado no montante de R\$ 329 milhões, enquanto as receitas próprias do Fermoju estão orçadas em R\$ 31 milhões.

11- Durante a gestão, o Tribunal encaminhou 23 Mensagens à Assembléia Legislativa, todas objetos de deliberação dos Deputados, das quais três aguardam a sanção governamental e dezessete foram transformadas em leis. Destacam-se as Mensagens 06/2007, que cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Fortaleza e Juazeiro do Norte; 01 e 02/2008, tratando da reestruturação das categorias funcionais integrantes do Grupo Ocupacional Atividades Judiciárias do Quadro III – Poder Judiciário; 08/2008, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará, dando autonomia ao TJ para definir competências e reestruturar as Varas, além de redefinir as atribuições do Vice-Presidente do Tribunal; 09/2008, que cria 27 cargos de Assessor de Desembargador, visando a redução da taxa de congestionamento de processos nos gabinetes; e a 11/2008, que deu nova estrutura ao Gabinete da Vice-Presidência e alterou cargos na Secretaria do Fórum Clóvis Beviláqua, nas Turmas Recursais e nas Assessorias de Comunicação.

Nova direção do Poder Judiciário assume dia 29

Os novos gestores do Poder Judiciário cearense serão empossados na próxima quinta-feira, 29, às 15h30, durante sessão do Pleno. Assumem os Desembargadores Ernani Barreira Porto (Presidência do Tribunal de Justiça), José Arísio Lopes da Costa (Vice-Presidência do TJ), e João Byron de Figueiredo Frota (Corregedoria-Geral da Justiça). Eles foram eleitos para o biênio 2009-2011.

Também no dia 29 tomam posse os Desembargadores José Mário dos Martins Coelho (Presidência da Comissão de Jurisprudência e Biblioteca); Antônio Abelardo Benevides Moraes (Presidência da Comissão de Informática); Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque (Presidência da Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa); Francisco Sales Neto (Presidência da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Ceará - Cejai).

A transmissão dos cargos de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 30, às 16h.

Na sessão plenária do dia 18 de dezembro último também foram eleitos os novos membros efetivos e suplentes do Conselho da Magistratura, que assumirão no dia da posse dos novos gestores. Os membros natos do Conselho são os Desembargadores Ernani Barreira Porto (Presidente), José Arísio Lopes da Costa (Vice-Presidente), João Byron de Figueiredo Frota (Corregedor-Geral), Maria Iracema do Vale Holanda (4ª Câmara Cível), Maria Sirene de Souza Sobreira (2ª Câmara Criminal), Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira (1ª Câmara Criminal) e Antônio Abelardo Benevides Moraes (3ª Câmara Cível).

Os Desembargadores suplentes do Conselho da Magistratura são: Luiz Gerardo de Pontes Brígido (1ª Câmara Criminal), Francisco de Assis



Des. Ernani Barreira

Filgueira Mendes (2ª Câmara Cível), Lincoln Tavares Dantas (4ª Câmara Cível) e Lúcia Maria do Nascimento Fiúza Bitu (2ª Câmara Criminal).

O novo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ernani Barreira indicará o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, devendo a escolha ser referendada pelo Tribunal Pleno, conforme o artigo 103 do Código de Divisão e Organização Judiciária (Lei Estadual nº 14.258, de 4 de dezembro de 2008). Também indicará o titular da Ouvidoria do Tribunal de Justiça, que substituirá a Desembargadora Maria Iracema do Vale Holanda, e a coordenadora da Central de Conciliação do 2º Grau, a substituir a Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar.

A atual gestão do Tribunal de Justiça será encerrada no dia 29 deste mês, última quinta-feira de janeiro. Na data, ficam encerrados os mandatos dos Desembargadores Fernando Ximenes (Presidente), Rômulo Moreira de Deus (Vice-Presidente e Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua) e José Cláudio Nogueira Carneiro (Corregedor-Geral da Justiça).

Perfil

Decano do Tribunal de Justiça, o Desembargador Ernani Barreira Porto nasceu em Fortaleza no dia 26 de outubro de 1942. Formou-se em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1965 e iniciou a carreira como advogado no ano seguinte. Ingressou no magistério da mesma universidade em que estudou, por concurso público, em 1970. Atualmente, leciona a disciplina direito do trabalho. Fora do mundo acadêmico, exerceu a Assessoria Especial para Assuntos de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, no período de abril de 1983 a janeiro de 1985. Foi procurador-geral adjunto do Estado, de janeiro de 1984 a outubro de 1985, e procurador geral do Estado, de outubro de 1985 a fevereiro de 1986. Nesse mesmo ano, a partir de outubro, foi secretário de Administração do Ceará, cargo em que permaneceu até fevereiro de 1987. Foi nomeado desembargador do TJCE pelo então governador do Estado, Gonzaga Mota, tomando posse no dia 19 de março de 1987. Foi corregedor eleitoral e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no período de 1991-1992, e presidente da Associação Cearense dos Magistrados (ACM). Exerceu ainda o cargo de presidente do TRE, função para a qual foi reconduzido no período de junho de 1992 a junho de 1995. Ocupou o cargo de vice-presidente do TJCE no período de 1999-2001. Na atual gestão, o Desembargador Fernando Ximenes, o magistrado preside a 1ª Câmara Cível e as Câmaras Cíveis Reunidas e é membro do Conselho da Magistratura do Ceará e CEJAI.

Expediente

Editora-chefe: Vólia Rocha. Redatores: Edson Gomes, Luciberto Forte, Francisco José (Estagiário). Concepção gráfica: Eduardo Torres. Fotografia: Carlos Eugênio. Impressão e acabamento: Parque Gráfico do TJCE. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará Assessoria de Imprensa Tel.: 3216.2847/2531 Fax:3216.2512 E-mail:imprensa@tj.ce.gov.br Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima S/N - Centro Administrativo Cambeba - Fortaleza-CE CEP: 60.830-120

Mais de R\$ 10 milhões em obras

O Tribunal de Justiça do Estado investiu, no biênio 2007/2009, R\$ 10,5 milhões em obras de reformas, ampliações e benfeitorias em edificações de imóveis da Justiça estadual, notadamente nas Comarcas do Interior, beneficiando diretamente a Justiça de Primeiro Grau, uma das principais metas da gestão que se encerra.

Ao todo, foram executadas 121 reformas nas instalações físicas de diversas Comarcas, com recursos do Tesouro do Estado e do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

Outras novas edificações foram iniciadas, merecendo destaque a construção do novo Fórum de Caucaia, que com quase 3 mil m² de área, será um dos maiores e mais modernos prédios do Poder Judiciário cearense, a construção de dois Juizados de Combate à Violência Contra a Mulher, um em Fortaleza, já inaugurado, e outro em Juazeiro do Norte, e a reconstrução do Fórum de Camocim, inaugurado nesta segunda-feira, 26 de janeiro.

Conforto e agilidade

Com modernas instalações, ambientes bem distribuídos, mobiliário ergonômico, dotado de grande funcionalidade e computadores de última geração, o novo Fórum da Comarca de Camocim teve sua reforma projetada para garantir mais agilidade no atendimento e conforto aos jurisdicionados.

Com área total construída de 611 m², o Fórum foi ampliado de acordo com o Projeto Padrão de “2 Varas”. O investimento total foi de R\$ 113 mil e os recursos são originários do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Ceará (Fermoju). Marcílio de Oliveira Bizarria, do Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça, é o arquiteto responsável pelo projeto.

A reforma e ampliação do imóvel compreende os seguintes itens: construção de arquivo geral, com área construída de 24 m²; construção de depósito de bens apreendidos e garagem, com área construída de 100 m²; mudanças de *layout* na 1ª e 2ª Varas, objetivando a otimização dos espaços

nos ambientes de Secretaria; pavimentação externa e interna, incluindo a construção de calçada de passeio em toda a extensão no contorno da edificação e substituição de piso cerâmico no *hall* de circulação interna, respectivamente.

Foram também realizadas pintura geral nas áreas externa e interna, a construção de muro lateral, acessibilidade nos banheiros masculino e feminino e rampa exclusiva para portadores de necessidades especiais, a revisão, conservação e manutenção das instalações elétricas e hidro-sanitárias, além da substituição de portas, ferragens e acessórios.

“Com as reformas e melhorias no imóvel, inaugurado pela primeira vez em 1988, a prestação jurisdicional na comarca será aperfeiçoada”, garante o titular da unidade judiciária, juiz Fernando Luiz Pinheiro Barros, que também é o diretor daquele Fórum. Segundo o magistrado, nas duas Varas são recebidos mensalmente entre 250 e 400 processos na área cível. A principal demanda está relacionada aos casos de Registro de paternidade e pensões alimentícias.



Novo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza



Presidente e Gestores do Tribunal de Justiça reunidos com o Prefeito de Caucaia

Caucaia terá novo Fórum ainda neste semestre

A partir de fevereiro as obras de construção do novo Fórum de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, ganharão maior agilidade. O compromisso é do novo Prefeito do Município, Washington Góis, que esteve reunido com o Desembargador Fernando Ximenes, ocasião em que trataram do andamento dos detalhes do convênio de parceria firmado em 2007, entre a administração passada do Município e a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

“É, sem dúvida, uma obra de grande importância para a municipalidade, pois vai proporcionar funcionalidade e conforto tanto para magistrados e servidores como para os jurisdicionados”, diz o Prefeito. Ele assegura também que sua equipe de obras acompanhará com zelo o desenvolvimento da construção, para que ela seja concluída o mais breve possível, pois a situação atual é bastante precária. O Fórum funciona em

cima do prédio do Banco do Brasil, o que tem causado inúmeros transtornos para as duas instituições, e, principalmente, o desconforto dos usuários.

A construção envolve recursos no montante de quase R\$ 6 milhões, incluindo a contrapartida da Prefeitura da cidade. A parte do Tribunal de Justiça está sendo financiada com recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Ceará (Fermaju).

O Fórum está sendo edificado com os seguintes ambientes: salão do júri e seis varas (uma vara no 1º pavimento e cinco no 2º pavimento). Cada vara possui uma secretaria com recepção/atendimento para o público, sala para diretoria de secretaria, arquivo, gabinete do promotor de justiça, gabinete do juiz titular, sala de audiências e banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais nos dois pavimentos.

Funcionalidade

Conta também o novo Fórum com central de inquéritos, Defensoria Pública, gabinete para juiz auxiliar, sala secreta, sala para oficiais de justiça, celas para presos masculinos e femininos, estacionamento privativo, recepção no 1º pavimento (com acesso a terminais bancários e telefone público); no 2º pavimento, almoxarifado, distribuição/protocolo, sala de controle e também sala de *hack*, além de xerox, elevadores e Decon com sala de audiências.

A arquiteta responsável pela obra, Ana Waleswska Feitosa Batista, do Departamento de Engenharia do TJCE, explica que a nova estrutura dotará a Comarca de modernas instalações, em ambientes dimensionados adequadamente e mobiliário com o mais alto grau de ergonomia, priorizando a funcionalidade e o bem-estar dos magistrados, servidores e jurisdicionados.

Juizado da Mulher em novas instalações

Já está em funcionamento o novo prédio do Juizado de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Inaugurado no último dia 9, o prédio onde funcionou a antiga Unidade do 4ª Unidade do Juizado Especial, foi reformado e ampliado. Com área total construída de 709,95m², o Juizado foi projetado com modernas instalações para atender a um programa de necessidades diferenciadas. Para tanto, foram instaladas 27 salas que ofertam serviços específicos, entre eles: psicologia, serviço social, ambulatório, reclamações, conciliação e “brinquedoteca.”

“Durante muito tempo fomos um sonho acalentado por milhares de mulheres. Hoje somos uma realidade e já completamos um ano de existência. Porém, convém lembrar que esta grande conquista de todas as mulheres de Fortaleza, deve-se ao Desembargador Fernando Ximenes, que tomou para si a luta das mulheres vítimas de violência”, disse a diretora do Juizado, Ana Lúcia Monteiro, falando em nome de todos os servidores, durante a inauguração da nova sede.

“É um momento de muita satisfação podermos inaugurar esta sede com melhores condições de trabalho e de atendimento às vítimas e seus familiares, mas há também uma preocupação muito grande por parte daqueles que fazem o Juizado da Mulher em procurar recuperar o agressor, porque aquilo que mais nos interessa é a harmonização da família”, disse o Desembargador Ximenes. Afirmou, ainda, que plantou, em sua gestão, a semente para que a nova administração do Poder Judiciário possa dar um salto de qualidade na prestação deste serviço.



Solenidade de inauguração do Juizado da Mulher

Assistência integral

Na ocasião, ele parabenizou a Desembargadora Maria Celeste Thomaz Aragão pelo trabalho à frente da comissão de implantação do Juizado. “Sou testemunha da sua dedicação diuturna. Não foram poucas as vezes em que recebi a desembargadora em meu gabinete, pleiteando melhorias das condições de trabalho deste Juizado”, disse, ressaltando também o empenho da Juíza Fátima Maria Rosa Mendonça, Titular do Juizado, pelo seu trabalho e dedicação. “Ela tem demonstrado ao longo de seu trabalho que é juíza 24h por dia, estando sempre devotada a esta causa.”

O presidente do TJ destacou também o apoio da farmacêutica Maria da Penha na criação dos Juizados da Mulher no Ceará, ela que representa um marco no combate à violência, servindo de exemplo e contribuindo para aumentar o número de processos que dão entrada no Judiciário. “As agressões contra as mulheres sempre existiram, mas hoje elas estão com mais coragem de procurar o Juizado especializado. Elas perderam o medo de ir à delegacia, de ir à Justiça para pedir a sua tutela jurisdicional”, explica Ximenes.

Em sua fala, a Coordenadora das Políticas Públicas das Mulheres, Maria da Penha Maia Fernandes, fez três sugestões ao Poder Judiciário: a “criação de mais um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher em Fortaleza; que o Juizado de Juazeiro do Norte seja regionalizado para atender os casos da região do Cariri (já foi regionalizado); que nas Comarcas em que há mais de uma vara criminal, uma delas seja transformada em Juizado da Mulher, com a parceria das universidades para a composição da justiça multidisciplinar.

O Juizado da Mulher conta ainda com assistência jurídica integral gratuita com dois defensores: um para o agressor e outro para a vítima. “Esse é um diferencial deste Juizado. Não estamos aqui fazendo a defesa única da mulher (suposta vítima), mas também disponibilizamos um defensor para o homem (suposto agressor), até porque a própria Lei Maria da Penha garante um tratamento médico-psicológico ao agressor”, resalta a Defensora Pública Geral do Estado, Francilene Gomes de Brito Bessa.



■ ■ Serviço:

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher fica localizado na Avenida da Universidade, nº 3281, no Benfica. Fone: 3433.8785. Horário de funcionamento: 8h às 18h.

MEMÓRIA

Fundação Edson Queiroz lança Memorial dos Desembargadores

A Universidade de Fortaleza, da Fundação Edson Queiroz inaugurou na última quinta-feira, 22, a série “Memorial dos Desembargadores”, que tem por objetivo difundir no público o interesse em conhecer personalidades importantes do cenário jurídico cearense. O projeto é fruto de convênio de cooperação técnica entre a Unifor e o TJCE, assinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Fernando Ximenes, e o Chanceler Airton Queiroz.

O programa é reflexo do projeto de pesquisa oriundo do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza, em parceria com a Vice-Reitoria de Extensão e Comunidade Universitária, cuja veiculação ficará a cargo da TV Unifor.

O Memorial, que pretende focar as principais personalidades das Cortes Judiciais do Ceará, começa com o Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, atual presidente do Tribunal de Justiça, e será exibido às 17h30, no principal Auditório do Tribunal de Justiça, que leva o nome de Dom Aloísio Lorscheider.

De acordo com a professora Herotildes Honório, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da Unifor, o trabalho é essencial porque resgata e preserva em vídeo a história a partir de quem a fez. “A memória é um processo crucial, portanto, resguardar a memória da mais alta Corte

do Judiciário cearense, mostrando as políticas diferenciadas de cada administrador, vai provocar reflexão nas novas gerações, fazendo com que a identidade cultural passada seja preservada.”

Para o Desembargador Ximenes, o projeto é de grande importância para o Poder Judiciário cearense, pois registra a sua história, a partir da memória dos que o fazem, resgatando também fatos que marcaram a atuação da Justiça cearense em defesa dos princípios democráticos no Estado. “A iniciativa da Fundação Edson Queiroz confirma o compromisso da Instituição que, ao longo de sua história tem prestado relevantes serviços

à sociedade cearense”.

Além do Judiciário, o Núcleo de Pesquisa da Unifor já organizou trabalho semelhante com a história da radiofonia cearense e outro sobre a Praça do Ferreira, que o Desembargador considera fundamentais para a história do Ceará. “A Universidade de Fortaleza está de parabéns por essa iniciativa”, diz Fernando Ximenes, salientando que “o Chanceler Airton Queiroz é, sem dúvida, um cultor da história, um cultor das artes e isso tem sido revelado pela Universidade com as exposições que realiza e agora com projetos de grande importância cultural e histórica”.



Chanceler Airton Queiroz e Presidente Fernando Ximenes

Arquivo informatiza cadastro de processos

O Tribunal de Justiça do Ceará está informatizando os procedimentos relativos ao cadastramento de processos administrativos arquivados nas unidades do Poder Judiciário Estadual. A medida visa proceder a busca de maneira mais célere e eficaz.

A informatização abrange um trabalho criterioso que consiste em localizar o processo, incluir um número novo, encaminhar para a Divisão de Arquivo, receber, movimentar, alterar o assunto conforme a tabela da divisão do protocolo, e distribuí-los em caixas de

acordo com a identificação do processo.

A inclusão de documentos administrativos no Sistema Processual (SPROC) refere-se ao período de 1996 a 2002. Segundo estatística do Departamento de Informática, já foram incluídos no sistema um total de 8.311 processos administrativos antigos. “Outros 12.433 processos, relativos aos últimos 20 meses, já estão disponibilizados no Sistema. Os documentos totalizam, hoje, mais de 20.744 processos devidamente arquivados no Sistema Processual e à disposição dos gestores e

dos servidores para consultas”, diz Martha Brandão, chefe do setor, ao explicar que a Divisão de Arquivo tem competência para classificar, reproduzir e guardar documentos de interesse histórico e administrativo do Poder Judiciário. “É um autêntico departamento de documentos vivos da Justiça cearense”, garante.

As atividades da Divisão são executadas por vinte e um servidores e estão divididas em: área de direção e administrativa; área de arquivo permanente e a área destinada ao laboratório de higienização – Projeto realizado em

parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – Apada, onde seis contratados, portadores desse tipo de deficiência, realizam trabalho de higienização dos processos arquivados por ordem de antiguidade.

Processos cadastrados

O Arquivo tem 383.060 processos administrativos, 122.384 processos jurídicos, 2.896 livros de acórdãos, 1.341

caixas de diários e 950 caixas de processos sigilosos que são acondicionados em cofre. No total, são 4.602 caixas de documentos à disposição dos departamentos do TJCE. O documento mais antigo que se encontra arquivado é um livro de acórdão datado de 16 de agosto 1881, da época do Tribunal da Relação de Fortaleza.

Sobre os processos sigilosos, a Resolução nº 24, de 23/10/2008, no entanto, tornou disponível, a partir do dia

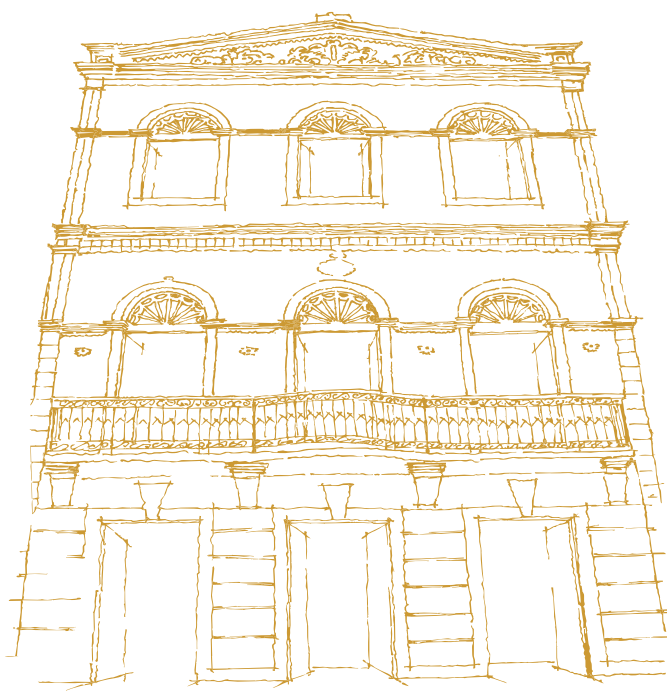
24 de novembro do referido ano, para os processos Judiciais sob sigredo de Justiça, a consulta processual via Internet, Intranet e “Sistema Push” pelo número do processo e pelos nomes dos advogados ou pelo número de sua inscrição na OAB. Na prática, a medida objetiva manter a transparência dos atos da Administração e a observância ao princípio Constitucional da eficiência no serviço público.

Curta metragem resgata história do TJCE

A definição dos dicionários para a palavra “sentinela” faz referência ao soldado que fica de prontidão junto a um posto para o guardar. Assim acontece com o Poder Judiciário, cuja função é zelar, incessantemente, pela Justiça e pelo Estado democrático de Direito. As duas definições juntas dão sentido ao curta-metragem “Sentinela Perpétua – um breve ensaio sobre a História e a Memória do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará”, lançado em DVD no último mês de dezembro, em pré-estréia para os desembargadores da Corte cearense, e no dia seguinte, para todos os servidores e magistrados do TJCE.

O registro histórico em áudio e vídeo é um trabalho da Comissão de Ação Cultural do TJCE, com roteiro, produção, direção e pesquisa do estudante de Jornalismo da Universidade de Fortaleza (Unifor) e servidor público do TJCE, Roberto Bonfim. A narração é de Heraldo Menezes e a concepção gráfica, de Eduardo Torres, ambos funcionários do Judiciário cearense.

Em 25 minutos, o documentário passeia pelos 134 anos de história da Corte máxima da Justiça cearense, em uma narração que inclui imagens de



personagens e cenários do passado e depoimentos do presidente do TJCE, Desembargador Fernando Ximenes, da Procuradora-Geral de Justiça do Ceará, Socorro França, e do Ex-Governador Gonzaga Mota, que chefiava o Poder Executivo em 1986, quando da instalação do Tribunal no Palácio da Justiça, no Bairro Cambé, onde está sediado até hoje.

Mas o resgate histórico de “Sentinela Perpétua” vai além. Começa na criação do Tribunal da Relação em Fortaleza, no ano de 1874, um ano depois de ser autorizada pelo então

imperador Dom Pedro II. Entre as diversas sedes da Corte Judiciária, são mostrados os casarões antigos nas Ruas Senador Pompeu e Major Facundo e a sede na Rua Barão do Rio Branco.

Outro marco recuperado é o Centenário da Instituição, cuja comemoração teve a presença dos presidentes de todos os Tribunais de Justiça do País, dos então Ministros Eloy José da Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Armando Falcão, da Justiça, e do Procurador-Geral da República, José Carlos Moreira Alves, além do Governador César Cals. O presidente do TJCE à época era o Desembargador Abelmar Ribeiro da Cunha.

De acordo com a coordenadora do Grupo Gestor da Comissão de Ação Cultural do TJCE, Anne Heyd Mourão de Oliveira, a produção do curta-metragem foi idealizada pelo desembargador Fernando Ximenes depois que a Comissão foi criada, já no ano de 2008, com o objetivo de levar arte, cultura e história aos servidores e magistrados do Judiciário. O documentário foi elogiado pelos desembargadores do Tribunal como um belo trabalho de resgate histórico.

Secretaria Judiciária agiliza a pauta de julgamentos

No biênio 2007/2008, o Tribunal de Justiça do Ceará registrou aumento significativo do número de ações julgadas. Foram julgados 27.674 processos na Justiça de 2º Grau em 2008, um aumento de 37,20%, quando comparados com 2007, que contabilizou 20.171.

A estatística positiva foi conseguida, em parte, graças às mudanças promovidas pela Secretaria Judiciária, responsável pela atividade-fim do Tribunal de Justiça, que desenvolveu várias iniciativas visando a implantação de ações para assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva. As principais iniciativas implementadas pela Secretária Judiciária Chrystianne dos Santos Sobral e sua equipe foram as seguintes:

1. O programa “Redução da Taxa de Congestionamento” nos departamentos judiciários e nos gabinetes dos desembargadores. Em dois meses de execução deste programa foram realizadas 10.180 movimentações extraordinárias, o que permitiu o cumprimento de todos os expedientes pendentes de julgamento;

2. Automatização do controle de mandados judiciais, que é feito através de uma ferramenta gerencial que foi acrescida ao sistema processual (SPROC). Facilita o controle e o acompanhamento desde o registro, distribuição, cumprimento e a devolução do mandado, resultando em praticidade e agilidade para os oficiais de justiça;

3. Criação do Recurso Extraordinário Eletrônico. Agora não é mais necessário encaminhar fisicamente os autos ao Supremo Tribunal Federal (STF), pois esta ferramenta permite que o recurso seja escaneado e remetidos, por meio eletrônico, as peças obrigatórias a ser enviadas ao STF. Mais uma iniciati-



Presidente Fernando Ximenes, gestores e servidores

va que agilizou o trâmite processual na Justiça de Segunda Instância;

4. Implantação do projeto “Identificar procedimentos carentes de aperfeiçoamento”, que proporcionou inúmeras indicações de melhorias nas áreas administrativa, tecnológica e judiciária. As intimações dos advogados das partes residentes no interior do Estado, via Diário da Justiça online, são fruto deste projeto;

5. Projeto de “Integração da Secretaria Judiciária às Secretarias de Varas”, que regulamentou a utilização do correio eletrônico para o envio e o recebimento de correspondência oficial no âmbito do Poder Judiciário cearense;

6. Implantação do projeto “Padronizar Rotinas Processuais”, que possibilitou a criação do Módulo no Sistema para Expedição de Atos Processuais. Trouxe facilidade e rapidez para os servidores no ato do cadastramento de processos a partir de um modelo já previamente cadastrado;

7. Otimização do fluxo de acórdãos, possibilitando a disponibilização total da jurisprudência da Corte via Intranet e Internet. A medida reduziu significativamente a tramitação das

decisões até sua efetiva publicação, ou seja, passou de 45 para 3 dias;

8. Criação do Serviço de Cálculos Judiciais na Justiça de 2º Grau. Os cálculos processuais que anteriormente eram executados no Fórum Clóvis Beviláqua, agora são feitos no próprio Tribunal, com redução significativa no tempo de tramitação dos autos;

9. Mutirão de trabalho formado por 11 funcionários voluntários que resultou na redistribuição de cerca de 10 mil processos em apenas 20 dias para os gabinetes dos desembargadores;

10. Priorização na tramitação dos feitos de interesse dos portadores de deficiência e de doença incurável, em fase terminal, de acordo com a Resolução nº 18/2008, aprovada pelo Pleno do TJCE;

11. Vale destacar a capacitação específica para os servidores da área jurídica. Foi promovido treinamento para o setor de Divisão de Distribuição na área de Direito Processual, enquanto no Serviço de Cálculos Judiciais foi ministrado curso específico sobre aplicação de atualizações monetárias, determinação de juros moratórios e remuneratórios, bem como a iniciação ao estudo dos demonstrativos de cálculos para liquidação de sentença.

Investimentos garantem eficiência na tecnologia da informação

A modernização do parque tecnológico do Poder Judiciário cearense, na gestão que se encerra, envolveu investimentos no montante de R\$ 19 milhões. Foram adquiridos 8 mil novos equipamentos de informática e incrementado 174 circuitos de dados com velocidade duplicada e até quadruplicada, além de 57 servidores da Rede e do Banco de Dados, com acréscimo de 660 computadores, representando 19% da base instalada.

Os números foram apresentados ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Desembargador Fernando Ximenes, pelo Secretário de Tecnologia da Informação, José de Ribamar da Silva. Em seu discurso de posse, o Desembargador anunciou: “Faz-se imperioso investir na tecnologia da informação de maneira a podermos ingressar definitivamente na era da justiça virtual”. A meta foi cumprida e “nós estamos orgulhosos de fazer parte dessa equipe vitoriosa, e de termos participado do maior projeto de modernização tecnológica do Poder Judiciário cearense dos últimos tempos, acreditando que este foi um grande sonho que se tornou realidade pelo esforço de todos quantos formaram a gestão do Tribunal de Justiça no biênio 2007-2009”.

Para o Desembargador Fernando Ximenes, investir na modernização tecnológica do Poder Judiciário era ponto prioritário, visto que há oito

anos o Poder não alocava recursos para a área. Com o decisivo apoio do Conselho Nacional de Justiça, foi possível o ingresso na era da Justiça Virtual. O Conselho doou 1.991 equipamentos de informática, orçados em R\$ 4 milhões, possibilitando a implantação do sistema CNJ-PROJUDI nas 06 Turmas Recursais e em 40 Unidades dos Juizados Especiais, 21 na Capital e 19 no Interior. Com o sistema, os processos tramitam de forma totalmente eletrônica, permitindo aos advogados protocolar ações via internet, eliminando papel e reduzindo o tempo de tramitação do processo.

Infraestrutura

O setor também registrou avanços no aprimoramento da infraestrutura de rede utilizada pelas Comarcas do interior, ampliando a velocidade de 174 links, duplicando, quadruplicando e até mesmo, aumentando em oito vezes a velocidade de transmissão de dados, de acordo com a necessidade de cada Comarca. O quadro técnico do Departamento também foi ampliado em 66%, o que permitiu desenvolver e aprimorar os aplicativos e atender melhor os usuários. Ainda serão admitidos dez analistas de sistemas de nível superior e oito técnicos de *hardware* e *software*.

Entre os sistemas desenvolvidos no biênio, destaca-se o novo Sisguia



Sec. de Tecnologia da Informação
José de Ribamar

on line, lançado em dezembro de 2008, que amplifica e agiliza os procedimentos de registro das informações de movimentação dos cartórios e a emissão da Guia de recolhimento do FERMOJU. Um dos pontos mais importantes do sistema é que ele vincula o ato notarial ou de registro ao respectivo selo, evitando uso indevido e desvio de estampilhas e permitindo adequado acompanhamento da atividade dos notários e registradores, o que deverá traduzir-se no incremento das receitas do Fundo.

Segurança na rede

O setor também se preocupou com a segurança na rede, montando um grande programa de segurança de gerenciamento e segurança de dados, para minimizar os riscos a que estão sujeitas as atividades de tecnologia da informação (*hackers* e acessos não autorizados) e de comunicação (grampos). Foram obtidos por meio de doação efetuada pela Caixa Econômica Federal, 930 certificados digitais, sendo 900 para pessoas físicas e 30 para equipamentos servidores. Além disso, foram investidos aproximadamente R\$ 3,5 milhões na compra de 117 equipamentos ativos de rede, *softwares* para gerenciamento e segurança da rede de dados, equipamentos para armazenamento e recuperação de dados, servidores e licenças de banco de dados, memórias e *racks*.



Presidente e servidores da Sec. de Tecnologia da Informação

Cursos *on line* ampliam programa de capacitação

Para melhorar a capacitação e motivação os servidores, um dos objetivos de sua administração, o Desembargador Fernando Ximenes canalizou esforços, nesses dois anos, para o programa de treinamento, investindo R\$ 325 mil em treinamentos na Capital e no Interior do Estado, o que representou um incremento de 565% em relação ao período anterior.

O ponto alto deste esforço se deu em outubro de 2008, com o lançamento do programa de Ensino à Distância, uma inovação, que ampliou a perspectiva de aperfeiçoamento profissional, sobretudo para os servidores do Judiciário lotados nas comarcas do Interior, para os quais foi destinado 80 % das vagas ofertadas.

Tendo a Universidade Federal do Ceará como parceira na iniciativa, o TJ investiu inicialmente R\$ 85 mil na realização de cursos de atualização em temas do Direito e da administração da Justiça. O programa inclui cursos de Direito Processual, Administrativo, Constitucional, Civil, Processual Penal, Processual Civil, Introdução à EAD e à Ação Tutorial, além do Código de Divisão e Organização Judiciário do Ceará e Regimento Interno do TJCE.

Aula inaugural

O lançamento do programa foi marcado por uma aula inaugural com a discussão do tema Direito Administrativo, ministrada pelo professor Eduardo Ellery, da Universidade Federal do Ceará. Inicialmente, serão atendidos cerca de 1.080 servidores provenientes de diversas comarcas do Interior do Estado. Ao final da aula, foram cadastradas as senhas e os *logins* dos servidores que participarão do primeiro curso.

Entre as principais vantagens do Projeto destacam-se: a democratização das oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da Justiça, flexibilidade de tempo, comodidade e interatividade, uma vez que os cursos serão ministrados via internet e mídia digital, podendo os participantes estudar em suas próprias residências nos finais de semana; distribuição de informação em tempo real.

Outros benefícios

Ainda na busca da valorização do quadro de pessoal, o TJ implementou a vantagem financeira advinda da Lei estadual nº 13.838/2006, representada pelo adicional de qualificação, e aumentou

o nível de aprimoramento do servidor.

Outro benefício de elevado alcance social, o auxílio alimentação, que contemplava apenas 130 servidores, foi estendido para um conjunto de 1.730 favorecidos, mediante elevação do teto salarial para ingresso. Além da maior abrangência, o benefício dobrou de valor, elevando a despesa mensal para cerca de R\$ 400 mil, aproximadamente 30 vezes o gasto anterior.

Concurso público e estágio

Convicto de que a modernização da Justiça passa necessariamente pela ampliação e qualificação do quadro de servidores, o Desembargador Ximenes realizou um concurso público para o preenchimento de 200 vagas, um número ainda inferior às reais necessidades, mas que vai reduzir parcialmente a carência de pessoal. O concurso ocorreu em momento estratégico para a instituição e foi precedido por reformulações importantes, tais como a remoção definitiva e a reestruturação das carreiras, objetos de leis específicas. Das vagas ofertadas 145 correspondem ao nível superior e 55 ao nível médio. Os concursados serão empossados no início da nova gestão.

O quadro de estagiários, integrado predominantemente por estudantes de Direito, foi ampliado em 40%, constituindo substancial reforço para as atividades de rotina das unidades judiciárias e para a execução de diversos projetos. Antes da ampliação foram estabelecidos, por meio de Resolução, critérios impessoais para a seleção dos estudantes, cujo recrutamento baseia-se no desempenho acadêmico e fica a cargo das doze instituições de ensino superior conveniadas com o Tribunal. O valor da bolsa de estágio foi reajustado de R\$ 237,00 para R\$ 430,00 para uma jornada de vinte horas semanais.



Aula inaugural do Ensino à Distância - EAD

CONCILIAÇÃO

Percentual de acordos no Ceará supera a média nacional

A III Semana Nacional da Conciliação foi, novamente, sinônimo de sucesso no Estado do Ceará. Durante os cinco dias do evento, R\$ 12,95 milhões de reais foram movimentados nos acordos fechados. Ao todo, houve 9.533 casos resolvidos em 19.633 audiências realizadas, representando 48,6% de sucesso. A média superou o percentual nacional de 42,4% de êxito.

Esses números representam um percentual de 182% em relação aos 5.241 casos novos que ingressam na Justiça cearense, em média, por semana, conforme a publicação “Justiça em Números 2007”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na prática, isso significa que nos cinco dias da Semana da Conciliação, o Judiciário liquidou 82% a mais de casos que, teoricamente, estariam entrando em tramitação.

Outro dado importante para avaliar o resultado do evento no Ceará é o fato de o Estado vir realizando conciliações durante todo o ano, e não somente durante a semana promovida pelo CNJ. De janeiro a outubro deste ano, foram 41.436 sessões realizadas somente na 1ª instância em todo o Estado.

Não por acaso, o Ceará foi escolhido pelo CNJ para ser um dos seis Estados do Brasil que receberam a abertura oficial do evento, no dia 1º de dezembro. Presente à abertura das atividades no Fórum Clóvis Beviláqua, o conselheiro nacional de Justiça, Marcelo Rossi Nobre, afirmou que o Estado é um modelo a ser seguido. “O Ceará é um exemplo para os demais Estados em termos de conciliação com qualidade”, disse.

A visita ilustre foi saudada pelo presi-

dente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, que agradeceu a presença do conselheiro Marcelo Rossi Nobre, destacando o trabalho do pai dele, o deputado cearense Freitas Nobre, pela importante colaboração deste no restabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Em todo o Brasil, de acordo com o CNJ, 307.884 audiências foram realizadas na Semana da Conciliação, das quais 130.424 resultaram em acordos. A soma total das transações efetuadas chegou a R\$ 974 milhões. Com o trabalho das Justiças Federal, Estadual e do Trabalho, 629.590 pessoas foram atendidas. Participaram da força-tarefa, 16.627 magistrados e 11.245 conciliadores.



A Conciliação ocorre durante todo o ano no Estado do Ceará